



A literatura brasileira sobre licitação e infraestrutura centra-se na abordagem eminentemente jurídica, fazendo, muitas vezes, rodeios em torno de temas irresolutos ou de difícil definição prática. Assuntos como conceitos jurídicos indeterminados, princípios ou mesmo miríades processuais são tratados à exaustão, sem trazer clareza suficiente para a resolução dos problemas práticos envolvendo Licitações da Lei nº 8666/93, Concessões, Parcerias Público Privadas e RDC.

Temas como assimetrias de informação, racionalidade limitada, teoria da agência, custo de transação, teoria dos jogos, economia comportamental e tantos outros serão discutidos neste livro, buscando ligá-los aos princípios da igualdade e da eficiência, parâmetros norteadores de todos os procedimentos licitatórios e de infraestrutura no Brasil.

Alguns leitores demonstram desconforto, pela ruptura com os cânones da disciplina. Outros apresentarão discordância. É fato, no entanto, que este trabalho não provocará indiferença.

MARCOS NÓBREGA

Prefácio

Egon Bockmann Moreira

DIREITO E ECONOMIA DA INFRAESTRUTURA

Área específica da obra

Direito Público

Áreas afins do livro

Direito Econômico, Economia, direito

Público-alvo/consumidores da obra

Alunos de graduação e pós-graduação e advogados que atuam na área de infraestrutura

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001677

N754d Nóbrega, Marcos

Direito e economia da infraestrutura / Marcos Nóbrega.– Belo Horizonte : Fórum, 2020.

245p.; 14,5 cm x 21,5cm

ISBN: 978-85-450-0722-7

1. Direito Administrativo. 2. Direito Econômico. 3. Direito Público. 4. Economia. I. Título.

CDD 341.3

CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

NÓBREGA, Marcos. *Direito e economia da infraestrutura*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 245p. ISBN 978-85-450-0722-7.

Marcos Nóbrega

Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas de Pernambuco e Professor Adjunto IV da Universidade Federal de Pernambuco – Faculdade de Direito do Recife. Bacharel em Economia e Direito (UFPE) e Administração de Empresas (UNICAP). Mestre e doutor em Direito (UFPE).

Visiting Scholar Harvard Law School; Senior Fellow Harvard Kennedy School of Government; Professor Visitante da Universidade de Lisboa - FDUL; Visiting Scholar Singapore Management University - SMU e Visiting Scholar Massachusetts Institute of Technology – MIT.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

DIREITO E ECONOMIA DA INFRAESTRUTURA: UM LIVRO IMPRESCINDÍVEL AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO BRASILEIRO

EGON BOCKMANN MOREIRA 15

APRESENTAÇÃO 19

NOVOS MARCOS TEÓRICOS EM LICITAÇÃO NO BRASIL: OLHAR PARA ALÉM DO SISTEMA JURÍDICO

1	A Teoria da Informação.....	22
1.1	Akerlof e a Assimetria de Informação.....	24
2	Teoria do Desenho de Mecanismo.....	27
3	Teoria dos Leilões.....	32
3.1	Leilão Inglês.....	35
3.2	Leilão Holandês.....	36
3.3	Leilão Vickrey.....	36
3.4	Leilão de Primeiro Preço.....	37
3.5	Leilões com valorização comum.....	40
4	Outros pontos de investigação.....	42
5	Conclusões.....	46
	Referências.....	47

O ESTATUTO DO RDC É CONTRÁRIO AOS CARTÉIS EM LICITAÇÃO? UMA BREVE ANÁLISE BASEADA NA TEORIA DOS LEILÕES

1	Introdução.....	51
2	Uma breve introdução à Teoria Econômica dos Leilões.....	52
3	As licitações são ambientes propícios para a atuação dos cartéis?.....	55
4	A correlação existente entre os cartéis e os leilões (licitações).....	59
5	A atuação de um cartel em licitação – a experiência norte-americana e brasileira.....	62
6	Análise do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) – Lei nº 12.462/11.....	66
7	Conclusão.....	74
	Referências.....	75

O REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO – RDC, *NEGOTIAUCTION* E O ORÇAMENTO SIGILOSO

- Negotiauction.....	86
Referências.....	92

A CONTRATAÇÃO INTEGRADA NO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO: INADEQUAÇÃO DA TEORIA DA IMPREVISÃO COMO CRITÉRIO PARA O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

1	Introdução.....	93
2	Execução indireta de obras e serviços de engenharia.....	94
3	Contratação Integrada.....	97
4	Vantagens da Contratação Integrada.....	100
4.1	Concentração de responsabilidade.....	100
4.2	Economia de tempo.....	101
4.3	Diminuição do Preço Final.....	102
5	Desvantagens da Contratação Integrada.....	103
5.1	Difícil Comparação de Propostas.....	103
5.2	Risco de diminuição do número de participantes na licitação.....	104
5.3	O risco do Design Down.....	104
6	Teoria da Imprevisão e Reequilíbrio Econômico Financeiro.....	111
6.1	Insuficiência da Teoria da Imprevisão como substrato teórico para o Reequilíbrio Financeiro do Contrato Administrativo.....	114
6.1.1	Teoria de Preço e da Microestrutura de Mercado.....	116
6.1.2	Informação e processo de determinação dos preços.....	117

6.2	Incompletude contratual e Reequilíbrio Econômico Financeiro (discernindo entre bons contratos e as más instituições).....	124
7	Conclusão	129
	Referências.....	131
RISCOS EM PROJETOS DE INFRAESTRUTURA		133
1	Introdução	134
2	Definição de Risco	135
3	Fontes de Risco	137
4	Obstáculos para a tomada de decisões.....	139
5	Fases dos projetos de infraestrutura e risco	141
6	Alocação da exposição ao risco	142
7	Alocação de riscos para o Governo.....	143
8	Conclusões.....	152
	Referências.....	156
OS LIMITES E A APLICAÇÃO DA TAXA INTERNA DE RETORNO		157
1	A Taxa Interna de Retorno como instrumento de avaliação de rentabilidade	158
	Referências.....	167
ANÁLISE ECONÔMICA E JURÍDICA DO IPTU: EFICIÊNCIA, EXTERNALIDADES E DISTORÇÕES		169
1	Introdução	169
2	Intervenção Estatal e Tributação	171
2.1	O paradigma da eficiência	172
2.2	Falhas de mercado.....	174
3	Aspectos jurídicos e econômicos da cobrança do IPTU no Brasil.....	179
3.1	Aspectos legais e administrativos do IPTU: competência tributária.....	180
3.2	Fato gerador e base de cálculo.....	181
3.3	Alíquotas e progressividade.....	181
3.4	Imunidades e isenções.....	182
3.5	Dívida Ativa Tributária	183
4	Considerações finais	185
	Referências.....	188
FINALIDADE E DESTINAÇÃO VINCULADA DAS CONTRIBUIÇÕES NA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA BRASILEIRA		191
1	Introdução: a instituição de normas tributárias na intervenção por normatização do Estado na economia brasileira.....	191
2	Os princípios da Ordem Econômica e a intervenção do Estado na economia.....	197
3	Consideração dos efeitos econômicos das contribuições interventivas	206
4	Finalidade e destinação vinculada dos tributos na intervenção econômica.....	211
4.1	Classificação quanto à finalidade ou à função	212
4.2	Classificação quanto à destinação do produto da arrecadação.....	216
5	A intervenção do Estado na economia pela instituição de contribuições especiais	220
6	Conclusão	229
	Referências.....	231
RISCO CAMBIAL EM CONTRATOS DE CONCESSÃO.....		233
1	Introdução	233
2	O tratamento histórico do risco cambial.....	237
3	Risco cambial na teoria e na experiência internacional	238
4	Novas tendências de enfrentamento do risco cambial no Brasil.....	240
5	Conclusão	243
	Referências.....	244